



NÚCLEO REGIONALIZADO "E"

**PRÉDIO ESCOLAR
AMÂNCIO FERREIRA DE ASSIS**

**PRÉDIO ESCOLAR
JONAS ALVES DE JESUS**



PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

COMISSÃO COLABORATIVA NUCLEAR DO PPP

REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR:

Roberta Lima de Almeida

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Jeanildo de Aragão Alves

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:

Aline Thaís Neves Pereira Suzarte

Juliana Araújo Pinheiro Regis

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EJA:

Eliete Boaventura da Silva

Maria de Lourdes Neves

Edvaldo de Azevedo Nascimento

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DE APOIO:

Sirleide Barbosa Pinheiro

REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR:

Rejane Freitas Paixão

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS E SOCIEDADE CIVIL:

Jaqueline Almeida Prisco

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. VISÃO

1.1.2. MISSÃO

1.1.3. VALORES

1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

1.2.1. Prédio Escolar Amâncio Ferreira De Assis

1.2.2. Prédio Escolar Jonas Alves De Jesus

1.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.4 APESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

4.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

4.3. OS TEMAS INTEGRADORES

4.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

4.4. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR/ALUNO E AUXILIAR DE ENSINO

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.4. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

5.5. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

5.6. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

5.7 A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

6. A FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

7. A COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA/COMUNIDADE

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

8.1. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DO PPP

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS



HINO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

*Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!*

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernanrdo da Silva

INTRODUÇÃO

Os estudantes do Núcleo Regionalizado E carregam nos olhos a memória de muitos caminhos percorridos antes de chegarem à escola. São pessoas de histórias singulares, marcadas por infâncias atravessadas pela ausência de oportunidades educacionais e pelo trabalho precoce no campo. Filhos e filhas de lavradores aprenderam cedo que a sobrevivência da família vinha antes do caderno e do lápis, e que o tempo da colheita quase sempre silenciava o tempo de aprender. Ainda assim, nunca deixaram de trazer consigo saberes construídos na terra, na lida diária e na convivência comunitária.

Por muito tempo, homens e mulheres do campo caminharam sem a perspectiva de decifrar as letras, as palavras e os sentidos mais amplos do mundo escrito. A escola parecia distante, quase inalcançável, como se o direito de aprender fosse privilégio de outros. Hoje, ao retomarem esse percurso, descobrem que o conhecimento não é um favor, mas uma conquista, e que aprender é também um ato de coragem, de reparação histórica e de afirmação da própria dignidade.

Nesse reencontro com a educação, enxadas, ancinhos e pás não perdem seu valor, mas passam a dialogar com o lápis, a caneta e o papel. O que antes era apenas esforço físico transforma-se também em pensamento crítico, leitura do mundo e escrita da própria história. O caminho escolar é trilhado com alegria, entusiasmo e afeto, porque cada palavra aprendida carrega o sentido de vitória sobre as ausências impostas pela vida dura no campo.

Assim, o Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado E nasce do compromisso de humanizar a educação do campo, reconhecendo os sujeitos em sua totalidade, suas trajetórias, saberes e sonhos. Oportunizar a adultos e idosos do campo o (re)encontro com sua identidade educacional é devolver-lhes o brilho que, por vezes, a vida tentou apagar. É afirmar que nunca é tarde para aprender e que a escola, quando enraizada na realidade do campo, pode florescer como espaço de pertencimento, justiça social e esperança.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: Prédio Escolar Amâncio Ferreira de Assis

ENDEREÇO: Fazenda Chapada s/nº

CEP: 44.673-899

MUNICÍPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: amancioferreiradeassis@gmail.com

CÓDIGO INEP: 29090091

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação do/no Campo

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial Inclusiva

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: Classes Multisseriadas

INFORMAÇÕES GERAIS DO ANO LETIVO DE 2025:

Nº DE TURMAS: 03

Nº DE ALUNOS: 60

DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS (2025):

Fonte: Sistema Informatizado de Matrícula Escolar da Rede Municipal

TURNO	ETAPA OU MODALIDADE	QUANTIDADE DE ALUNOS	COMPOSIÇÃO				
			Grupo 02	Grupo 03	Grupo 04	Grupo 05	
Matutino	Educação Infantil	08	02	03	02	02	
Vespertino	Eja – I Segmento	34	1º Ano 07	2º Ano 27	3º Ano -	4º Ano -	5º Ano -
			-	-	09	09	07
Vespertino	Eja – I Segmento	25	-	-	09	09	07
TOTAL DA ALUNOS		67					

QUADRO DE PROFISSIONAIS (2025):

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Jaqueline Lima Costa	Coordenadora	Licenciatura Pedagogia/História
Jeanildo Aragão Alves	Coordenador	Licenciatura Filosofia/Pedagogia
Aline Thaís N. P. Suzarte	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Rejane Freitas Paixão	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Miranildes Silva L. Pereira	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Roberta Lima De Almeida	Secretaria Escolar	Pedagogia em Curso
Juliana Regis Araujo	Aux. De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto

NOME: Prédio Escolar Jonas Alves de Jesus

ENDEREÇO: Fazenda Chapada s/nº

CEP: 44.673-899

MUNICIPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: jonasalvesdejesus@gmail.com

CÓDIGO INEP: 29459109

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação do/no Campo

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial Inclusiva

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: Classes Multisseriadas

INFORMAÇÕES GERAIS DO ANO LETIVO DE 2025:

Nº DE TURMAS: 01

Nº DE ALUNOS: 25

DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS (2025):

Fonte: Sistema Informatizado de Matrícula Escolar da Rede Municipal

TURNO	ETAPA OU MODALIDADE	QUANTIDADE DE ALUNOS	COMPOSIÇÃO				
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Vespertino	Eja – I Segmento	26	02	11	08	-	05
TOTAL DA ALUNOS		26					

QUADRO DE PROFISSIONAIS (2025):

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Jaqueline Lima Costa	Coordenadora	Licenciatura Pedagogia/História
Jeanildo Aragão Alves	Coordenador	Licenciatura Filosofia/Pedagogia
Juliana Araujo Pinheiro Regis	Professor	Pedagogia em Curso
Roberta Lima De Almeida	Secretaria Escolar	Pedagogia em Curso
Sirleide Barbosa Pinheiro	Aux. de Serviços Gerais	Ens. Médio Incompleto

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Visão

As Escolas do Núcleo Regionalizado E buscam ser referência em educação no município de Anguera, pela promoção de práticas pedagógicas inovadoras, pela valorização do ser humano e pelo compromisso com a formação cidadã, contribuindo ativamente para a redução das desigualdades sociais e a construção de um futuro com mais oportunidades para todos.

1.1.2. Missão

Oferecer uma educação pública de qualidade, inclusiva e transformadora, que respeite a diversidade e promova o desenvolvimento integral dos estudantes,

preparando-os para exercerem com autonomia, ética e responsabilidade o seu papel na sociedade.

1.1.3. Valores

Como valores que norteiam estas instituições, destacam-se:

- **Compromisso com a aprendizagem:** acreditamos no potencial de cada estudante e trabalhamos para garantir o direito à educação de todos, sem exceção.
- **Respeito e valorização da diversidade:** acolhemos as diferenças como riquezas que fortalecem a convivência e o crescimento coletivo.
- **Ética e responsabilidade:** pautamos nossas ações na honestidade, no respeito mútuo e no cuidado com o bem público.
- **Colaboração e diálogo:** promovemos a participação ativa da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de uma escola democrática.
- **Formação contínua:** incentivamos a atualização constante dos profissionais como caminho para a melhoria da prática educativa das turmas se dá no formato multisseriado, dentro das etapas da Educação Infantil, bem como dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As localidades atendidas pela escola são habitadas por famílias que desenvolvem a pequena agricultura de subsistência, onde agricultores produzem para o próprio consumo, destacando-se o feijão como principal alimento da colheita, e o milho.

Como fonte de trabalho e renda da maioria dos pais, mães ou responsáveis pelos alunos, destacam-se: o trabalho na agricultura de subsistência, diaristas em propriedades rurais, pequenos criatórios de animais e há casos de famílias que sobrevivem da aposentadoria de algum de seus membros.

Característico da comunidade, grande número de jovens, bem como pais de famílias, vai embora para cidades grandes em busca de trabalho no mercado formal. As atividades culturais observadas na abrangência destas localidades são as cavalgadas organizadas pelo próprio pessoal da comunidade.

A gestão administrativa da escola é feita por uma pessoa designada por cargo comissionado com a ajuda efetiva da própria Secretaria de Educação do Município. Por sua vez, a Gestão Pedagógica é feita pelos Supervisores Pedagógicos e Coordenador atuante na Rede Municipal, em suas respectivas etapas de ensino ou modalidades. Considerando o fluxo do Ano Letivo de 2025, a escola conta com a

atuação, ou cobertura, de 02 Supervisores Pedagógicos, especificamente: um (01) da Educação Infantil; um (01) da Educação de Jovens e Adultos.

O coordenador pedagógico se responsabiliza em ministrar o AC com os Professores, em suas respectivas etapas/modalidades do ensino, sendo também responsáveis em acompanhar a avanço da aprendizagem dos alunos, bem como toda a parte pedagógica da escola.

O Conselho Escolar foi criado no dia 26 de julho de 2024 tendo composição consoante às representações orientadas no artigo 4º da Portaria SEC Nº 15/2011. Esse primeiro mandato terá duração de 02 anos, e tem a seguinte composição:

CONSELHO ESCOLAR

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:
Titular: Rejane Freitas Paixão

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DE APOIO:
Titular: Sirleide Barbosa Pinheiro

REPRESENTANTES DOS ALUNOS:
Titular: Edvaldo Santana Ramos
Suplente: Lúcia Silva Borges
Suplente: Edvaldo de Azevedo Nascimento

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL:
Titular: Barbara Conceição
Suplente: Maria Raimunda Azevedo de Jesus

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, responsável por promover a participação democrática da comunidade escolar na gestão da escola. Ele representa os interesses dos estudantes, famílias, professores, funcionários e gestores, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e transparente. Sua atuação abrange desde a definição de diretrizes pedagógicas até o acompanhamento da aplicação de recursos e a implementação do projeto político-pedagógico.

Além disso, o Conselho Escolar fortalece o vínculo entre escola e comunidade, incentivando o diálogo e a corresponsabilidade pelo sucesso educacional. Ele também tem o papel de mediar conflitos, sugerir melhorias e garantir que a escola cumpra sua função social, proporcionando uma educação de qualidade. Dessa forma, o Conselho Escolar torna-se um espaço essencial para a construção de uma gestão participativa e democrática.

Em termos de recursos financeiros, a escola não possui. Todo material que recebe, assim como os recursos pedagógicos e de apoio ao ensino, se destina da entidade mantenedora, a Prefeitura Municipal de Anguera, através do Fundo Municipal de Educação.

Em sua estrutura física, o **Prédio Escolar Amâncio Ferreira de Assis** compreende:

- 01 (um) pátio de entrada
- 02 salas de aula
- 01 (uma) cozinha
- 01 (um) sanitário de uso masculino
- 01 (um) sanitário de uso feminino
- 01 (uma) pequena área cimentada para atividades de recreação

O **Prédio Escolar Jonas Pereira de Jesus** compreende:

- 01 (um) pátio de entrada
 - 01 (uma) sala de aula
 - 01 (um) sanitário masculino/feminino
- 01 (uma) cozinha.

1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

1.2.1. Prédio Escolar Amâncio Ferreira de Assis

A unidade escolar nasceu da necessidade de ter uma escola que atendesse a comunidade sem que os mesmos se deslocassem para sede de Anguera ou até mesmo para cidades circunvizinhas. Um casal de fazendeiros a Sra. Antonieta Regis e o seu esposo o Sr. João Regis, fez a doação do terreno para que a prefeitura

municipal no mandado do Sr. Armando Sofia Brandão construísse um prédio escolar. E foi dado à escola o nome do pai de criação do Sr João Regis, o Sr. Amâncio Pereira Assis, segundo relatos de moradores da região era um advogado renomado na cidade.

A primeira professora da escola foi a própria Sra. Antonieta, que segundo informação prestada pelos moradores, era uma alfabetizadora excelente. Não existe uma data exata da inauguração do Prédio, mas pela lembrança dos moradores foi mais ou menos em 1989.

A Escola ficou desativada por um tempo, por falta de matrículas, porém em 2024 a escola foi reformada e revitalizada para voltar a ser um centro educacional onde os residentes ali pudessem ter novamente acesso a uma educação de qualidade e próximo das suas residências, dando vida ao Núcleo Regionalizado E.

Prédio Escolar Jonas Alves de Jesus

O Prédio Escolar Jonas Alves de Jesus, é uma escola com mais ou menos 35 anos de existência segundo alguns moradores da localidade. A escola foi construída pelo então prefeito, Armando Sophia Brandão. O terreno foi cedido por um dos fazendeiros da região e a escola levava o nome desse fazendeiro, que mais tarde seria modificado para Jonas Alves de Jesus.

O Sr. Jonas era o pai de Pedro Regis, um morador da localidade que desde 1987, supostamente recebe revelações privadas da Virgem Maria. Um grande Santuário para as Romarias foi firmado na redondeza, fazendo com que o local ficasse conhecido pelas aparições.

Um dos filhos do Sr. Jonas, o Sr. Carlos Alves diz não saber ao certo o porquê do nome da escola ter sido trocado e feita à homenagem a seu pai. Porém, o mesmo relatou que o pai fez grandes feitos para a região e atribui a homenagem a esse fator.

A escola permaneceu bastante tempo fechado pelo pouco número de alunos nas redondezas, mas no ano de 2024 a escola foi revitalizada e reaberta dessa vez sendo desmembrada do antigo Núcleo Regionalizado C, a qual pertencia e juntou-se à escola Amâncio Ferreira de Assis para integrar o Núcleo Regionalizado E.

1.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo fundamental para garantir a qualidade do ensino e a melhoria contínua das escolas de ensino fundamental. Segundo Libâneo (2013), a avaliação institucional consiste na análise sistemática das condições de funcionamento e dos resultados educacionais da escola, possibilitando o diagnóstico e o planejamento de ações que promovam o desenvolvimento integral da instituição.

Nas Escolas Amâncio Ferreira de Assis e Jonas Alves de Jesus, a avaliação institucional deve ser compreendida como um instrumento de autoconhecimento e de orientação para o aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas. Para Silva e Souza (2018),

“a avaliação institucional vai além da simples mensuração de resultados, envolvendo o compromisso com a transformação social e a promoção da equidade no ambiente escolar”.

Objetivos da Avaliação Institucional

- Diagnosticar as potencialidades e fragilidades da escola;
- Orientar a tomada de decisões e o planejamento pedagógico e administrativo;
- Promover a participação da comunidade escolar (professores, alunos, famílias e gestores);
- Monitorar o cumprimento dos objetivos educacionais e das políticas públicas.

Para uma avaliação eficaz e participativa nas escolas que integram o Núcleo Regionalizado E, recomenda-se a combinação de métodos quantitativos e qualitativos:

1. **Análise documental:** Revisão de relatórios, projetos pedagógicos, frequência dos alunos.
2. **Questionários e pesquisas de satisfação:** Aplicados a alunos, professores, pais e funcionários, para captar percepções sobre o ambiente escolar, a infraestrutura e a qualidade do ensino (Fidalgo, 2010).
3. **Grupos focais e reuniões:** Espaços de escuta ativa para discussão dos desafios e das propostas de melhoria, fortalecendo a participação democrática (Gadotti, 2011).
4. **Observação direta:** Acompanhamento das práticas pedagógicas em sala de aula e dos processos administrativos.

5. Autoavaliação da equipe escolar: Incentiva o compromisso coletivo com a qualidade e a responsabilidade compartilhada (Libâneo, 2013).

A avaliação institucional representa um momento estratégico para consolidar a identidade da escola, adaptando suas ações à realidade do município de Anguera. Conforme Stufflebeam (2003), “a avaliação deve contribuir para a melhoria contínua, fornecendo informações claras e relevantes que subsidiem as decisões dos gestores escolares”.

Além disso, a avaliação fortalece a transparência e a corresponsabilidade entre os atores da comunidade escolar, criando um ambiente propício para o aprendizado e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

O **ser humano** é entendido como sujeito de aprendizagens, capaz de modificar e transformar o meio social. Novos conhecimentos, experiências e as relações mantidas são fatores que dão ao ser humano a condição de agente transformador da realidade. O desenvolvimento de competências torna o ser humano autônomo, oferecendo a condição de agir sozinho ou em grupo.

A escola necessita empreender esforços no sentido de se capacitar para oferecer a formação integral ao aluno, rompendo o ensino baseado no conteudismo e passando a compreender que o aluno é um ser em formação para atuar frente aos desafios da sociedade.

É impreterível o desenvolvimento da criatividade, da criticidade, do raciocínio lógico, favorecendo a autonomia e a segurança do sujeito, que estará fazendo parte de uma sociedade mais digna, pois será um agente transformador da realidade e não apenas seu integrante. Paula, Jairo de (Pag.167).

Os conhecimentos prévios que a criança traz da família e do meio em que vive, bem como o repertório com as experiências de vida que os adultos reúnem, são elementos que oferecem estímulos para a troca de experiências, incentivo a novas descobertas e consolidação de aprendizagens. A escola deve se atentar para esse rico potencial a fins de valorizar e promover a aprendizagem significativa, despertar o

prazer e a motivação no aluno, bem como exercer uma prática pedagógica que utiliza os diversos saberes como conhecimento prévio para introduzir, trabalhar e consolidar novos saberes.

Nos dias atuais a **sociedade** avança na busca pela conquista de direitos, respeito à diversidade, valorização cultural, em avanços científicos e tecnológicos, na interação da comunicação e no enfrentamento aos desafios econômicos que ao longo da história gera desigualdades sociais.

A partir do exercício da democratização não só do acesso ao ensino, mas também aos instrumentos de aprendizagem, bem como através do cumprimento do seu papel em formar agentes transformadores da realidade social. Esta sociedade mesmo diante uma gama de informações, não garante a todos os indivíduos acesso ao conhecimento, gerando desigualdades.

Diante dessa realidade vista, surge uma preocupação em relação à promoção da educação de forma a cumprir direitos exercitando os deveres. Neste sentido, pensa-se em uma educação que não apenas permita ao sujeito acesso ao conhecimento, à participação, mas principalmente propicie condições para que esse construa a sua cidadania.

Neste caminhar, a escola não pode fugir da escalada. Ela é a instituição responsável em reconhecer todo esse movimento de mundo e proporcionar instrumentos que capacite o sujeito aos desafios. Cabe à escola, a partir da consciência sobre seu papel, prezar pela garantia dos direitos de aprendizagens, zelar pela formação integral do aluno e, enfim, prepará-lo para os desafios que encontrarão na sua jornada.

A escola precisa deixar de ser local onde se vai ensinar para ser local onde de vai aprender... Aprender é um processo contínuo e inquietante de transformação... Caminhar, viver e trocar experiências, exercitar caminhos alternativos do pensamento, viver a emoção de descobrir e redescobrir, de descobrir-se e redescobrir-se... Aprender precisa motivar a curiosidade, o prazer de se sentir livre. Freire, José Carlos Serrano (pag.162).

Tanto na Educação Infantil, quanto na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o currículo da escola contempla uma parte diversificada com características locais e regionais, onde devem se acentuar atividades de valorização da cultura e da diversidade humana.

Ressalta-se que o debate sobre a cultura e a diversidade humana atravessa o currículo, ou seja, está integrado a todos os componentes curriculares ofertados pela

escola. Caberá ao professor identificar o momento ideal para abordar esse contexto. O ato de planejar requer talento para idealizar interações favoráveis à aprendizagem, consoante aos objetos de conhecimento a serem trabalhados, bem como a sintonia com as competências e habilidades.

A escola entende a **cultura** como um conjunto de hábitos, costumes, fatos históricos e manifestações diversas presentes na comunidade ao longo dos anos. São saberes populares, conhecimentos de vida que devem oferecer lastros para que, a partir destas experiências, a escola introduza as habilidades curriculares, exercitando o diálogo entre saberes.

As manifestações da cultura local, sendo explorados, tornam-se conhecimentos prévios para escola na introdução dos saberes científicos. E assim, a aprendizagem se torna significativa. Como fazer isso no chão da sala de aula? Na aplicação de sequências didáticas, aulas de campo (fora do ambiente escolar), desenvolvimento de projetos pedagógicos e outras metodologias de acesso a conhecimentos da comunidade local.

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

Uma Instituição que valoriza a educação integral é aquela que há espaço de interação e transformação social, que possibilite a aprendizagem, o desenvolvimento cultural, que trabalhe um currículo diversificado, mas respeitando o cotidiano dos que ali vivenciam, na construção da identidade da escola que os acolham, que se identifiquem e dialoguem.

Diante das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular, e de forma correlata pelo Documento Curricular Referencial da Bahia e pelo Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, o ensino promovido na escola deve contemplar a formação integral do aluno.

Isso significa que a escola deve promover aprendizagens significativas tanto no campo cognitivo — assegurando o desenvolvimento das habilidades previstas nos componentes curriculares — quanto no aspecto socioemocional, valorizando atitudes, comportamentos e a formação integral do estudante como sujeito ativo na transformação da sociedade. Além disso, o planejamento das aulas deve contemplar

a integração entre os objetos de conhecimento e temas relevantes de caráter social, favorecendo uma abordagem interdisciplinar e contextualizada.

O Núcleo Regionalizado E reconhece como fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a Feira do Conhecimento, os Jogos Escolares e o Concurso Escrita Criativa.

A Feira do Conhecimento, realizada anualmente desde 2014, constitui um momento de exposição pública das experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano nas unidades escolares, promovendo a interação entre estudantes, professores, famílias e a comunidade.

Nesse evento, os alunos apresentam projetos, produções científicas, artísticas e culturais, fortalecendo o protagonismo estudantil, o pensamento investigativo e a capacidade de comunicar ideias de forma clara e criativa. A Feira também integra saberes curriculares com contextos sociais e culturais da cidade, contribuindo para a formação cidadã ao envolver a comunidade local na vivência escolar e ampliar oportunidades de aprendizagem colaborativa.

Os Jogos Escolares, implantados em 2016, é outra ação estratégica da rede municipal que valoriza a educação física e os esportes como instrumentos de socialização, respeito às diferenças, disciplina e trabalho em equipe. Ao promover competições esportivas abertas aos estudantes em diferentes modalidades, os Jogos estimulam a adoção de hábitos saudáveis, a superação de desafios pessoais e coletivos, e o fortalecimento de vínculos entre escolas e entre estudantes de diversas áreas do município.



Essa prática possibilita também desenvolver habilidades socioemocionais, como resiliência, cooperação, e autonomia, que são essenciais para o sucesso escolar e para a vida em sociedade.

O Concurso Escrita Criativa, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra o conjunto de projetos educativos voltados para a promoção da leitura, da escrita e do letramento em todas as etapas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.



Por meio da proposta de produção textual em diferentes gêneros, os estudantes são incentivados a ampliar seu repertório linguístico, a desenvolver pensamento crítico, sensibilidade e compreensão mais profunda de temas relevantes para sua vida e para o coletivo. A participação no Concurso estimula a expressão pessoal e criativa dos alunos, consolidando práticas de leitura e escrita que são essenciais para o desempenho acadêmico e para a construção de uma cidadania plena.



Essas três iniciativas representam estratégias pedagógicas amplas que fortalecem o currículo escolar, potencializam aprendizagens significativas e contribuem para a formação integral dos estudantes do Núcleo Regionalizado E. Ao articular dos objetos do conhecimento curriculares com práticas culturais, esportivas e de comunicação, tais projetos ampliam as oportunidades de participação ativa dos alunos, promovem a inclusão e valorizam as múltiplas capacidades dos aprendizes, em consonância com os princípios do Projeto Político-Pedagógico.

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

A escola contemporânea deve reconhecer a indissociabilidade entre ciência, tecnologia e trabalho como dimensões formadoras da cidadania crítica e autônoma. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a

educação deve preparar os estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, de forma a integrá-los de maneira consciente e produtiva à sociedade.

A ciência, no espaço escolar, deve ser compreendida como uma atividade humana, social e histórica, em constante transformação. Paulo Freire (1996) nos lembra que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse sentido, cabe à escola despertar nos estudantes o espírito investigativo, a curiosidade e a capacidade de formular hipóteses, investigar e dialogar com o saber científico.

A tecnologia deve ser compreendida como um instrumento a serviço da aprendizagem e da transformação social. Para Kenski (2007), “a tecnologia na educação deve estar a serviço de processos pedagógicos significativos e inovadores”. A simples presença de equipamentos não garante avanços, sendo fundamental a formação dos docentes e a intencionalidade pedagógica no uso das tecnologias digitais, científicas e comunicacionais.

O trabalho deve ser abordado não apenas como ocupação ou profissão futura, mas como princípio educativo, como defende Saviani (2008). A relação com o mundo do trabalho deve estar presente no currículo por meio de práticas que desenvolvam competências, criatividade, responsabilidade e pensamento crítico, conectando os saberes escolares às realidades sociais e econômicas locais.

As escolas do Núcleo Regionalizado E, têm no seu escopo problemas com a falta de infraestrutura, e a falta de recursos tecnológicos e uma provável solução seria criar parcerias com órgãos públicos para a obtenção de equipamentos, como computadores e acesso à internet de qualidade, e garantir a manutenção contínua desses recursos.

Também encontramos como desafio uma formação deficiente dos docentes para uso pedagógico da tecnologia e uma provável solução seria implantar um programa permanente de formação continuada, com foco em metodologias ativas e uso de ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem.

As escolas que formam o Núcleo Regionalizado E assumem o compromisso com uma concepção educativa que articule ciência, tecnologia e trabalho de forma crítica e integrada, promovendo uma formação que permita aos estudantes compreender, intervir e transformar a realidade em que vivem. Dessa forma, contribuem para o desenvolvimento de sujeitos autônomos, criativos e preparados para os desafios da contemporaneidade.

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de currículo adotada pelas escolas Amâncio Ferreira de Assis e Jonas Alves de Jesus parte do entendimento de que o currículo vai muito além da simples organização de conteúdos por objetos do conhecimento. Ele deve refletir intencionalidades pedagógicas, compromissos éticos e políticos, e ser construído de forma contextualizada, dialógica e democrática, promovendo aprendizagens significativas e emancipadoras.

De acordo com Moreira e Silva (1994), o currículo é uma construção histórica e social que expressa disputas de valores, saberes e interesses. Assim, não se trata de um conjunto neutro de conteúdos a serem repassados, mas de uma seleção cultural que deve ser constantemente problematizada à luz da realidade dos sujeitos que compõem a escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa ideia ao propor um currículo orientado por competências e habilidades que consideram o desenvolvimento integral do estudante, respeitando as diversidades regionais e culturais.

As escolas que perfazem o Núcleo Regionalizado C, alinhadas às Diretrizes Curriculares Municipais, adotam um currículo integrado e flexível, capaz de dialogar com as realidades locais, com a cultura do campo, com os desafios contemporâneos e com os saberes comunitários.

O currículo das escolas do núcleo regionalizado E é concebido como um instrumento de transformação, comprometido com a formação cidadã e com a valorização da cultura local. Baseado em autores como Sacristán (2000), Moreira e Silva (1994), e em diretrizes nacionais e municipais, o currículo aqui defendido visa garantir o direito de aprender com qualidade, promovendo uma educação pública crítica, democrática e humanizadora.

Todo currículo é feito por pessoas e para pessoas. A partir dos nossos educadores, a nossa escola, objetiva por meio do currículo trazer para os nossos educandos as realidades que fazem parte do âmbito nacional, estadual e municipal. No nacional eles têm uma visão do todo, no estadual percebem como se dá, no âmbito regional e o municipal são as vivências dos alunos experienciadas no dia a dia.

Percebe-se que o Currículo é fator fundamental na vida de toda e qualquer unidade escolar, pois, é ele que irá influenciar no modo de pensar, ver e agir daqueles que estão sendo formados com base nesse currículo. O currículo é então esse instrumento de mediação dos conhecimentos, os trazidos pelo educando e os ofertados pela unidade escolar. O educador, portanto, tem a função de mediador, fazer a conexão/junção de ambos os saberes para o crescimento daquele que o recebe, isto é, o estudante.

Segundo Sacristán (2000), o currículo deve ser entendido como prática e vivência, sendo construído na interação entre professores, estudantes e comunidade. Por isso, propõe-se uma abordagem que:

- Valorize a interdisciplinaridade;
- Incentive a articulação entre teoria e prática;
- Promova a inclusão de todos os estudantes;
- Estimule o pensamento crítico, ético e criativo;
- Reforce a identidade local e o pertencimento cultural.

Os princípios gerais do currículo das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado E se remetem aos conceitos previstos no Documento Curricular Referencial Municipal:

O currículo anguerense adotou a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular Referencial da Bahia. Por sua vez, os PPP's das unidades escolares levam em consideração os conceitos centrais de territorialidade, educação integral, diversidade e autonomia. DCRM, Pág. 26

Em linhas gerais, o currículo articula conhecimentos sistêmicos com experiências da vida real, no momento em que defende uma prática pedagógica contextualizada e oportuniza a inserção de temas integradores.

Qualquer matéria lecionada em sala de aula deve desembocar a manifestar sempre sua relação com a vida. O conhecimento jamais deve ser apresentado como algo asséptico ou alheio à realidade. Bazarra, Loudes (Pag.87)

A construção curricular das Escolas integrantes do Núcleo Regionalizado E se pauta nos seguintes princípios:

- Educação integral: desenvolvimento pleno dos estudantes em seus aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais.
- Diversidade e equidade: valorização das diferenças e promoção de oportunidades iguais de aprendizagem.
- Participação democrática: construção coletiva do currículo com envolvimento de todos os segmentos escolares.
- Contextualização: inserção de temas e práticas pedagógicas vinculadas à realidade de Anguera e do semiárido baiano.

As escolas do Núcleo Regionalizado E assumem, na essência do ato de educar, e traz na sua concepção duas **correntes pedagógicas**, nas quais buscam apoiar suas práticas à teoria. São elas: a corrente sociocultural e a corrente cognitivista.

A **corrente sociocultural** se apoia na teoria defendida por Paulo Freire, onde tem como as principais características:

- ✓ O homem é sujeito da história, passa a conhecer o meio em que vive, age e é capaz de promover transformações;
- ✓ Professor e aluno interagem sobre as experiências vivenciadas no meio, estabelecendo relações dialógicas e dialéticas na construção do conhecimento;
- ✓ Aborda a cultura local e o contexto de vida na escola;
- ✓ Lança olhar sobre os múltiplos aspectos presentes no espaço escolar, preza pela organização e pelo funcionamento de todo apoio que possa garantir condições favoráveis ao ensino;
- ✓ Valoriza a inserção de temas geradores extraídos da realidade de vida dos alunos;
- ✓ Defende que o ensino aconteça em consonância ao contexto histórico social onde o aluno esteja inserido, a fins de dar significado à aprendizagem;
- ✓ Incentiva o desenvolvimento de postura crítico e reflexiva a partir do ensino;
- ✓ Facilita a investigação e a pesquisa, considerando as experiências de vida, compreendendo o aluno como um ser

elaborador e criador de conhecimento a partir da interação com o meio, com objetos e com a ciência;

- ✓ Combate o sentimento de cultura dominante, prezando pelo respeito às diferenças, pela igualdade e pelas diversas culturas;
- ✓ Compreende mudanças da realidade prevista de forma consciente.

A **corrente cognitivista** se fundamenta nas concepções expostas por Jean Piaget, Emilia Ferreiro e Jerome Bruner. As principais características são:

- ✓ Facilitação da aprendizagem a partir dos esquemas mentais, onde o aluno associa novos conhecimentos a experiências ou à interpretação do mundo, a partir de um padrão de pensamento;
- ✓ Investigação do erro como um estágio para se chegar a conclusões acertadas;
- ✓ Cooperação mútua entre professor e aluno, cabendo ao professor oportunizar desafios estratégicos que passo a passo irão garantir a aprendizagem;
- ✓ Compreende o misto entre o individualismo e o interacionismo, ou seja, entende que cada aluno, individualmente, possui suas crenças, ideias e reflexões próprias, sendo que as ideias e/ou conclusões mais fortes ou mais avançadas são compartilhadas;
- ✓ Valoriza a investigação científica;
- ✓ Defende a teoria da prática experimental, ou seja, a utilização de atividades práticas e experimentos que proporcionem ao aluno o desenvolvimento de investigações e de aprendizagens dentro do contexto que vivencia;
- ✓ A avaliação da aprendizagem tem como objetivo diagnosticar se ao aluno aprendeu os conceitos básicos e essenciais, a partir da utilização de parâmetros.

Acredita-se que em função da diversidade de questões que requer diferentes olhares no cotidiano da escola faz com que a instituição adote concepções e ideias mescladas entre as correntes pedagógicas definidas. Uma, somente, não daria todas as respostas necessárias que se busca ter no ato de educar, diante de desafios já conhecidos, mas também frente a inovações e situações inesperadas que por vezes surgem.

Apesar de definir sua identidade a partir dessas duas correntes pedagógicas postas, o Núcleo Regionalizado E também vivencia ações e atitudes, como: focar nas necessidades individuais do aluno, ideia “montessoriana”, contemplando-o e ajudando-o a superar desafios; e, de forma “humanista”, entende que o aluno é capaz de ser protagonista em sua aprendizagem a partir da sua autonomia e autodeterminação, com o professor exercendo o papel de facilitador e motivador.

2.4 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Segundo Demo (1996), “não se aprende simplesmente para saber, mas para intervir na realidade e transformá-la”. Nesse sentido, a pesquisa não deve ser vista como algo restrito ao ensino superior, mas como uma prática cotidiana que pode (e deve) estar presente desde os anos iniciais da educação básica, estimulando a curiosidade, a investigação e o pensamento crítico.

Para Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. A prática pedagógica baseada na pesquisa favorece a formação de sujeitos protagonistas do seu processo de aprendizagem, capazes de observar, questionar, levantar hipóteses, buscar fontes, interpretar e comunicar resultados.

Como estratégias para Implementação da Pesquisa na Escola propõem-se as seguintes estratégias:

1. **Projetos interdisciplinares investigativos:** envolvendo temas relacionados à realidade local, como cultura, meio ambiente, saúde e história de Anguera.
2. **Feiras de conhecimento e mostras científicas escolares:** como espaço de socialização das investigações realizadas por alunos e professores.
3. **Uso de metodologias ativas:** como a problematização e a aprendizagem baseada em projetos (ABP), que colocam o aluno no centro do processo educativo (Moran, 2000).
4. **Formação continuada dos professores:** para que compreendam a pesquisa como prática pedagógica e não apenas como produção acadêmica.

5. Uso de recursos tecnológicos e bibliográficos: para apoiar o acesso à informação e à produção de conteúdos pelos próprios estudantes.

A pesquisa como princípio pedagógico no PPP das Escola Amâncio Ferreira de Assis e Jonas Alves de Jesus representa um compromisso com a formação de cidadãos críticos, criativos e conscientes do seu papel social. Segundo Hernández (1998), “a escola que pesquisa é a escola que aprende com sua prática e que transforma sua realidade”. Assim, ao incorporar a pesquisa ao cotidiano escolar, cria-se um ambiente fértil para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e éticas em sintonia com as demandas do século XXI.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um dos pilares fundamentais da educação pública de qualidade e está garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996, art. 14), que orienta as instituições de ensino a assegurarem a participação da comunidade escolar nos processos decisórios.

Para as escolas Amâncio Correia Assis e Jonas Alves de Jesus, adotar uma concepção de gestão democrática significa promover a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar — professores, estudantes, pais, funcionários e gestores — no planejamento, execução e avaliação das ações escolares.

Segundo Paro (2001), “a gestão democrática pressupõe a construção coletiva do projeto educativo da escola, com base na participação efetiva e na autonomia dos sujeitos envolvidos no processo”. Dessa forma, a gestão não se resume ao aspecto administrativo, mas se estende à dimensão pedagógica, ética e política do fazer escolar.

Podemos trazer como mecanismos de Gestão Democrática nas Escolas a serem utilizados para consolidar essa concepção nas escolas do Núcleo Regionalizado E, propõem-se os seguintes instrumentos e práticas:

1. Conselho Escolar ativo: espaço de deliberação e controle social das ações da escola, com representação de todos os segmentos.

2. Reuniões pedagógicas participativas: envolvendo professores na construção coletiva do currículo e das estratégias de ensino.

3. **Planejamento coletivo:** elaboração do PPP, planos de ação e projetos a partir do diálogo entre gestão e equipe escolar.

4. **Avaliação institucional participativa:** envolvendo todos os segmentos no diagnóstico e melhoria da escola.

A gestão democrática nas escolas fortalece a escola como espaço público, plural e inclusivo, onde a aprendizagem é construída com base no diálogo e na participação. Segundo Dourado (2007), “não há gestão democrática sem o comprometimento com a justiça social, a equidade e a qualidade da educação pública”.

Ao consolidar essa concepção no cotidiano das escolas Amâncio Ferreira de Assis e Jonas Alves de Jesus, reafirma-se o compromisso com a formação cidadã dos estudantes e com o fortalecimento de uma educação que respeita a diversidade, promove a autonomia e valoriza a coletividade.

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico tem como norte o Plano de Curso, consoante ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), que por sua vez está em sintonia com o DCRB e com a BNCC.

O planejamento de ensino e a formação continuada dos professores ocorrem dentro da reserva de carga horária denominada como Atividade Complementar (AC), com um tempo de quatro (04) horas presenciais semanalmente e outras três (03) horas fora do ambiente escolar.

A organização do planejamento acontece com a utilização dos seguintes instrumentos:

- Plano de Aula;
- Plano para as Sequências Didáticas;
- Plano Estratégico para turma pós - pré-conselhos de classe.

A utilização desses instrumentos ocorre mediante a seleção do que será trabalhado na respectiva etapa letiva, e em consonância com o previsto no Plano de

Curso, que por sua vez corresponde ao que prevê o organizador curricular do Documento Curricular Referencial Municipal.

4.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação, no contexto escolar, deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático e intencional que visa promover a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a ação pedagógica dos professores. Longe de ser um instrumento punitivo ou classificatório, a avaliação precisa estar a serviço do desenvolvimento integral do aluno e da melhoria da prática docente. Como defende Luckesi (2011), "avaliar é um ato de amor e de compromisso com o crescimento do educando".

Dentro dessa perspectiva, destacam-se quatro modalidades fundamentais de avaliação: **diagnóstica, formativa, somativa e comparativa**.

A avaliação diagnóstica ocorre, geralmente, no início do ciclo letivo, de uma unidade ou de um dos objetos do conhecimento. Seu objetivo principal é identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas dificuldades e potencialidades, possibilitando ao professor traçar estratégias pedagógicas mais eficazes.

A avaliação formativa é processual, contínua e orientada para o acompanhamento da aprendizagem durante todo o percurso escolar. Ela possibilita intervenções pedagógicas oportunas, permitindo que o estudante avance com autonomia.

A avaliação somativa ocorre ao final de um processo ou período de aprendizagem, com a finalidade de verificar o que foi aprendido em relação aos objetivos propostos. Ela se expressa por meio de notas ou conceitos e serve para tomadas de decisão institucionais, como promoção ou retenção.

Segundo Scriven (1967), a avaliação somativa é aquela que "sintetiza os resultados da aprendizagem, possibilitando julgamentos sobre a eficácia do processo". No entanto, seu uso deve ser equilibrado e articulado às demais formas de avaliação para que não reduza o estudante a números.

A avaliação comparativa analisa o desempenho do estudante em diferentes momentos ou em relação a determinados padrões (internos ou externos). Essa modalidade deve ser utilizada com cautela para evitar práticas classificatórias ou excludentes. Como alerta Esteban (2002), "a comparação é válida se contribuir para

a análise crítica do processo e para a tomada de decisões pedagógicas que respeitem as especificidades de cada realidade"

A avaliação para a aprendizagem deve reunir diferentes modalidades avaliativas de forma integrada e consciente, respeitando os tempos e os ritmos dos estudantes. A prática avaliativa deve ser coerente com os princípios do Projeto Político-Pedagógico da escola, orientada por critérios claros e voltada à valorização do percurso de cada aluno.

O **Conselho de Classe** da escola se torna um órgão permanente, pois além de se reunir no final do ano letivo, também se reúne, formalmente, ao mínimo por duas vezes no decorrer das etapas letivas, mais especificamente nos pré-conselhos definidos no Calendário Letivo da Rede Municipal.

O **plantão pedagógico** é um momento institucional previsto no calendário escolar, destinado ao diálogo entre escola, professores, estudantes e famílias, com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma estratégia que permite a escuta ativa das dificuldades, avanços e necessidades dos alunos, promovendo o alinhamento entre as ações pedagógicas e o percurso individual de cada estudante.

Durante o plantão pedagógico, os professores disponibilizam horários específicos para conversar com os responsáveis, apresentar os resultados das avaliações, discutir o comportamento, o rendimento escolar e traçar estratégias conjuntas de apoio à aprendizagem. É, portanto, um espaço privilegiado de orientação, acolhimento e corresponsabilidade entre família e escola, contribuindo diretamente para o fortalecimento do vínculo escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Em conformidade com a legislação educacional vigente, as escolas da Rede Municipal de Ensino são orientadas a planejar e implementar ações específicas de **recomposição da aprendizagem**, com foco nos estudantes que apresentam baixo rendimento nas avaliações. Essas ações têm como objetivo garantir o direito à aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas intencionais, contínuas e adaptadas às necessidades dos alunos, de modo a recuperar e fortalecer os conhecimentos essenciais não consolidados ao longo do processo escolar.

A recomposição é prevista em 3 momentos, a priori, a primeira no começo do ano focando nas habilidades que não foram atingidas e foram reveladas com a avaliação diagnóstica ; a segunda logo após o primeiro pré-conselho, onde é feito o

levantamento da criticidade com base nos relatos dos professores, já o terceiro momento é feito logo após o segundo pré-conselho, dando assim a oportunidade desse aluno que não está atingindo de alguma forma as metas, conseguir que as habilidades e as competências sejam atingidas.

A Rede Municipal de Ensino de Anguera estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Educação Infantil:

Registros diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter a memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas.

- Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:
- Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05)

É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre todas as escolas de educação infantil da Rede realizarão um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”.

Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da auto reflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43).

Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil da Rede destacaremos os seguintes:

- **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos.

- **Portfólio demonstrativo:** Esse modelo contempla as atividades mais significativas e que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo, constando os registros mais relevantes das observações relacionadas as imagens que revelem a aprendizagem da criança nas propostas selecionadas. Este portfólio poderá ser entregue as famílias no plantão pedagógico no final do ano letivo.

Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

Relatório individual: Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as

características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva. Estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo.

O momento oportuno é o plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

Assim, entende-se que a avaliação da Educação Infantil deve ser contínua, investigativa e cuidadosa, com informações que apresentem a trajetória da criança, respeitando suas diversidades e especificidades.

Adentrando no cenário da **Educação de Jovens e Adultos** o estudante da EJA espera da escola uma prática pedagógica que dialogue com sua realidade de vida. Por isso, a avaliação de suas aprendizagens deve ir além dos conhecimentos acadêmicos ou sistematizados, valorizando também sua leitura de mundo, as experiências adquiridas ao longo da vida e o desenvolvimento de atitudes e habilidades necessárias à sua participação ativa na sociedade.

No que se refere à Avaliação do Rendimento Escolar na EJA, desde o Estágio I do 1º Segmento (equivalente ao 1º ano do Ensino Fundamental), a avaliação é expressa por notas que vão de zero a dez, seguindo os princípios da Avaliação Somativa. No entanto, os instrumentos avaliativos utilizados devem ser elaborados pelo professor com foco prioritário na Avaliação Formativa, que valoriza o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, visando não apenas o domínio do conhecimento acadêmico, mas a formação integral do sujeito para o exercício pleno da cidadania.

4.3. OS TEMAS INTEGRADORES

Serão contemplados no planejamento de aula dos Professores, na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade da Educação de

Jovens e Adultos, os temas integradores previstos no Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM):

- Educação em Direitos Humanos
- Educação para a Diversidade
- Educação para o Trânsito
- Saúde na Escola
- Educação Ambiental
- Educação Financeira e para o Consumo
- Cultura Digital
- Educação Fiscal

Outras temáticas poderão ser contempladas a partir da necessidade apontada pela comunidade escolar, considerando a realidade e as especificidades locais, bem como atualizações da própria legislação educacional.

4.4. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR/ALUNO E AUXILIAR DE ENSINO

Perfil da Docência: O professor é mais do que um transmissor dos objetos do conhecimento é um mediador e facilitador da aprendizagem, que orienta, provoca reflexões e cria condições para que o estudante construa o próprio conhecimento. Com base em sua experiência e sensibilidade pedagógica, o docente interage com os alunos de forma acolhedora e respeitosa, reconhecendo suas potencialidades e desafios.

Comprometido com a qualidade do ensino, ele se autoavalia continuamente, revisita suas práticas e se mantém aberto à formação permanente, entendendo que ensinar também é um processo de constante aprendizagem.

Perfil do Estudante: O aluno é sujeito ativo no processo educativo, participando de forma crítica e criativa da construção do conhecimento. Ao interagir com os objetos do conhecimento de maneira contextualizada, busca compreender o mundo à sua volta, relacionando o que aprende com sua realidade e com os desafios do cotidiano. Está em constante desenvolvimento, comprometido com sua formação integral — cognitiva, emocional, ética e social — e consciente de seu papel como agente transformador da sociedade.

Perfil do(a) Auxiliar de Ensino: O mesmo que atua no Núcleo Regionalizado E deve apresentar um perfil ético, colaborativo e comprometido com o processo educativo, atuando como apoio direto ao trabalho pedagógico do professor e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Espera-se que seja um profissional atento às diferentes realidades e ritmos de aprendizagem, com postura acolhedora, responsável e respeitosa, capaz de contribuir para a organização da rotina escolar, o acompanhamento das atividades em sala de aula e o cuidado com os alunos, especialmente aqueles que demandam maior atenção. Deve demonstrar disponibilidade para o trabalho em equipe, seguir as orientações pedagógicas e administrativas da unidade escolar e do Núcleo, além de manter uma postura proativa, sensível e comprometida com os princípios da educação pública de qualidade, inclusiva e humanizada.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

O Núcleo Regionalizado E compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família.

É importante ressaltar que precisamos nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar).

Atualmente, o atendimento aos alunos dos Núcleos B, C, D e E encontra-se centralizado na sala de recursos localizada no Prédio Escolar Orlando Carneiro, pertencente ao Núcleo Regionalizado B, sendo o deslocamento realizado por meio de transporte especializado do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esse atendimento conta com o suporte de uma equipe multidisciplinar de elevada relevância pedagógica, composta por psicopedagoga, responsável por identificar os processos de aprendizagem e intervir diante de possíveis obstáculos cognitivos, e professora de AEE, que atua na mediação pedagógica, na produção de materiais adaptados e na garantia da acessibilidade curricular.

É importante destacar que o trabalho dessas profissionais não se restringe à sala de recursos, pois a intervenção na escola regular constitui o eixo central da inclusão, ao possibilitar suporte direto aos professores regentes na adaptação das atividades, o acompanhamento do aluno em seu contexto social e coletivo e a

construção de estratégias que tornem a sala de aula comum mais acessível e acolhedora.

Nesse sentido, a implantação de uma nova sala de recursos para os Núcleos C, D e E mostra-se urgente e necessária, pois contribui para a humanização do atendimento ao reduzir o tempo de deslocamento e o desgaste físico dos estudantes, promove maior tranquilidade e foco ao evitar a aglomeração na unidade central e fortalece o vínculo escolar ao aproximar o atendimento do local onde o aluno estuda, favorecendo o diálogo entre a equipe do AEE e os professores da escola regular.

Dessa forma, o investimento em uma nova sala de recursos configura-se como uma ação essencial para assegurar que o direito à educação inclusiva seja efetivado com dignidade, eficiência e qualidade técnica, refletindo positivamente no desenvolvimento integral dos estudantes.

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguarda a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com deficiência, ao mesmo tempo, lhes facilitar a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo com deficiência seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender. Portanto, o município necessita de uma formação voltada à capacitação de professores para trabalhar com esse público especial.

No entanto para que a escola possa garantir o acesso e permanência a uma educação de qualidade para esses educandos, deve-se investir em tarefas partilhadas com todos que estão envolvidos no processo educacional. E para tornar o trabalho de inclusão eficaz, é necessário firmar parcerias com voluntários, instituições, e especialistas em diversas áreas, a fim de dar suporte e segurança para lidar com várias situações ocorridas.

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o

currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

*Ensino do Sistema Braille;
Técnicas de Soboran;
Orientação e Mobilidade;
Educação Física Adaptada;
Aulas de Atividade da Vida Autônoma;
Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva;
Ensino da Língua Brasileira de Sinais;
Intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
Guia Intérprete para Surdo-cegos;
Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais;
Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos.*

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar e considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita.

5.2. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

As escolas pertencentes ao Núcleo Regionalizado E foram reabertas, no ano de 2024, objetivando a oferta da Educação no Campo para as crianças e adultos residentes na área geográfica abrangente. Concebe a Educação no Campo como uma modalidade de ensino que valoriza os saberes raízes do próprio habitat do aluno, as experiências de vida e a preparação para os desafios inerentes aos que enfrentam as famílias residentes no campo, nas localidades atendidas.

A Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos do conhecimento colocados em voga no atual contexto. Um passo importante nesse sentido é a consolidação e valorização da cultura do homem do campo fazendo com

que este não seja mais dependente ou submetido, mas sujeito para a reflexão sobre a realidade em que está inserido.

É importante salientar que o Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

O Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

Pautados ainda, nas orientações da LDBEN, procuramos oferecer um ensino pautado, não apenas nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRB, BNCC), que norteiam nosso trabalho pedagógico, mas também procuramos incluir, junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos alunos. Os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o objetivo de formar pessoas capazes de reconhecer o seu valor como sujeito social, e que possam contribuir com a transformação do seu meio social.

Como princípio orientador para a Educação do Campo, vislumbramos um caminho que oportunize o trabalho pedagógico com orientações necessárias em atenção aos interesses da população deste espaço.

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à

margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Teceremos abaixo alguns métodos específicos realizados pela nossa escola, buscando apreender teoria e prática ao contexto da Educação do Campo:

- ✓ - Ao elaborar as atividades articulamos os objetos de conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno, dos quais emanam nossos educandos;
- ✓ - Buscamos incluir nas discussões em sala aula assuntos referente às políticas públicas que concernem sobre os direitos e deveres bem como a fundamentação da Educação do Campo para que nossos jovens refletiam sobre a sua inserção no contexto educacional e para além, formando sujeitos questionadores e participativos;
- ✓ - Colocamos em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmos busquem pelo conhecimento de suas histórias e tomem conhecimento das lutas travadas pelos seus ancestrais para que sigam lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;
- ✓ - Construir efetivamente, com todos os docentes, outras formas de planejar, propor e executar as atividades com o intuito de gerar novas possibilidades e inovar;
- ✓ - Seguimos os documentos curriculares referenciais da Bahia, o DCRM e a BNCC, sempre organizando e adequando nossas práticas educativas e atividades às particularidades locais e regionais;
- ✓ - Buscamos enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos educandos, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento, além de fomentar discussões em torno da crítica sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;
- ✓ - Enfatizamos ainda o desenvolvimento das relações entre os educandos com o objetivo de que esta ação deságue nas vivências em

sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em voga suas peculiaridades já conhecidas, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural. Para atender a essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da Educação do Campo da nossa escola, buscamos trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade interna e externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação.

Consequentemente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. Para Freire (2001, p. 15), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

A EJA do Núcleo Regionalizado E está ancorada na:

- **LDB – Lei nº 9.394/1996**, que garante seu caráter formativo e compensatório;
- **Parecer CEB nº 11/2000**, que define suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, conforme esclarecido por Soares (2002);

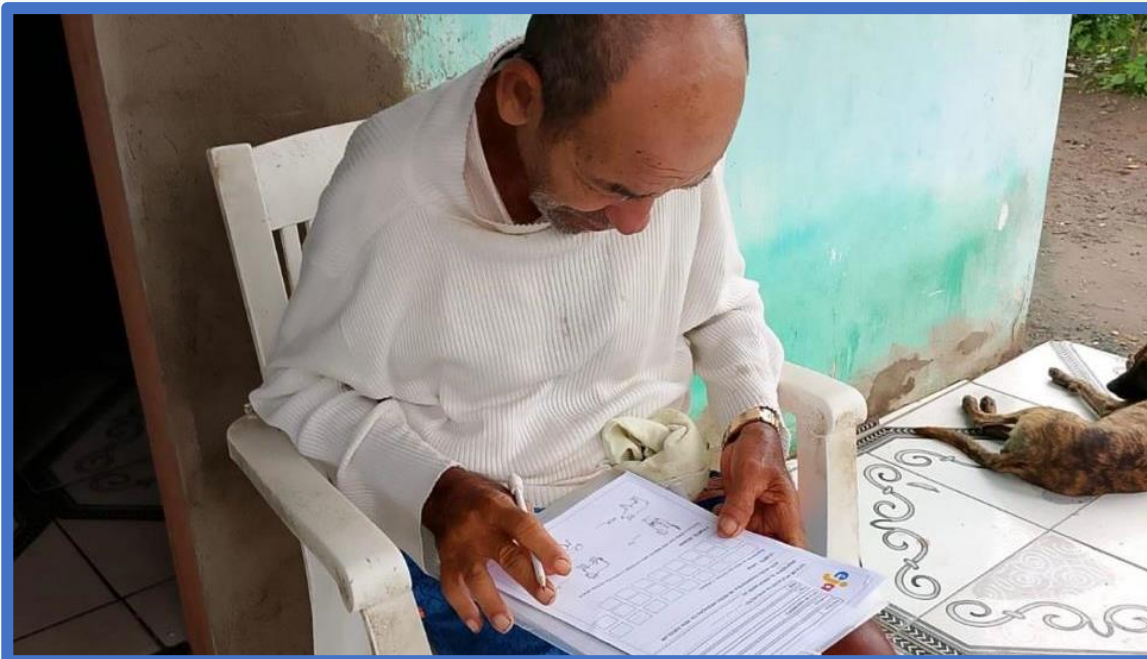
- **Resolução CNE/CEB nº 01/2021**, que regulamenta a modalidade e sua integração à BNCC;
- **Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025**, que atualizam forma de oferta, reconhecimento de saberes prévios e parâmetros de certificação;
- **Portaria Municipal nº 013/2010**, que regulamenta a oferta da EJA em Anguera;
- **OCEJA/Anguera (2024)**, referência oficial para planejamento pedagógico no.

A Educação de Jovens e Adultos desenvolvida no Núcleo Regionalizado E — que atende comunidades rurais e populações tradicionalmente excluídas dos processos formais de escolarização — pauta-se pelo princípio do direito à educação ao longo da vida e pela valorização das trajetórias, saberes e experiências acumuladas pelos estudantes. Essa política integra diretrizes nacionais, estaduais e municipais, dialogando diretamente com a LDB, a BNCC, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o Documento Curricular Municipal (DCRM) e as normativas federais que regulamentam a modalidade.

A EJA ofertada no território do Núcleo Regionalizado E guarda dupla função: **recompor trajetórias escolares interrompidas e promover processos formativos emancipatórios**, capazes de fortalecer tanto as competências previstas nos documentos curriculares quanto à leitura crítica da realidade social, produtiva e cultural do campo. Assim, além de reparar desigualdades históricas, a modalidade tem caráter transformador, ampliando possibilidades de participação cidadã, autonomia e inserção digna no mundo do trabalho rural e urbano.

A concepção pedagógica que orienta esse trabalho reconhece o estudante jovem, adulto ou idoso como sujeito ativo, produtor de saberes e portador de experiências que constituem um patrimônio formativo valioso. Esse entendimento está alinhado às Diretrizes Operacionais do Conselho Nacional de Educação para a EJA, expressas na Resolução CNE/CEB nº 01/2021 e aprofundadas pelas Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025.

Tais normativas reforçam que o currículo da modalidade deve articular-se à BNCC, considerar o reconhecimento formal e pedagógico das experiências prévias e respeitar a pluralidade de formas de oferta, incluindo propostas presenciais, semipresenciais e, quando justificado, atividades remotas acompanhadas por docentes.



No âmbito estadual e municipal, a organização da EJA segue o Organizador Curricular da EJA da Bahia (OCEJA/BA) e o **Organizador Curricular Municipal (OCEJA/Anguera)**, documentos que orientam a distribuição dos objetos do conhecimento, competências e objetivos formativos por segmentos, além de oferecerem matrizes e parâmetros para a elaboração dos Planos de Curso das unidades escolares do Núcleo Regionalizado E.

As aprendizagens previstas para cada segmento precisam dialogar com o território pertencente, com as formas de trabalho presentes na comunidade, com os saberes oriundos da agricultura familiar e com as dimensões culturais que estruturam o cotidiano dos estudantes.

5.4. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Educação Étnico-Racial, conforme estabelecido nas legislações e diretrizes educacionais brasileiras, é uma prática pedagógica fundamental para a promoção da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade cultural no ambiente escolar.

Ela visa enfrentar o racismo estrutural por meio de ações educativas que reconheçam, respeitem e integrem os saberes, identidades e culturas dos povos negros, indígenas e de outras etnias historicamente marginalizadas no Brasil.

O Núcleo Regionalizado E entende que a escola do campo é um espaço privilegiado de construção identitária, diálogo intercultural e valorização das diferentes matrizes que formam o povo brasileiro. Nesse horizonte, a **Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)** constitui-se como diretriz estruturante do Projeto Político-Pedagógico, orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a ERER e pelo ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena, instituído pela **Lei nº 10.639/2003** e reforçado pelas normativas subsequentes.

No âmbito municipal, Anguera conta com a **Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Quilombolas (PENEERQ)**, que refina a política nacional e a aproxima das realidades locais, especialmente do contexto rural em que as escolas do Núcleo Regionalizado E estão inseridas. Essa política reconhece a presença marcante de famílias negras no campo, suas práticas agrícolas ancestrais, seus rituais, narrativas e modos de vida transmitidos oralmente, constituindo um patrimônio cultural que precisa ser preservado, estudado e valorizado.

A ERER, portanto, não se reduz à inclusão de conteúdos curriculares. Ela se expressa na forma como a escola organiza suas práticas pedagógicas, suas relações internas e seus modos de ler o mundo. Trabalhar com ERER significa:

- promover a compreensão crítica da formação histórica do Brasil e do papel estruturante da população negra e indígena;
- valorizar tradições culturais, linguagens e saberes ancestrais presentes nas comunidades rurais;
- reconhecer o território como espaço de memória e resistência;
- dialogar com famílias e lideranças comunitárias para fortalecer práticas educativas contextualizadas;
- favorecer experiências de aprendizagem que tornem visível a pluralidade cultural que constitui o campo de Anguera.

Assim, a política de ERER reafirma o compromisso ético da escola com a construção de uma educação que respeita, acolhe e celebra a diversidade, fortalecendo identidades e promovendo justiça histórica.

A Educação Étnico-Racial é respaldada por um conjunto de legislações e normativas que determinam sua obrigatoriedade e importância no sistema educacional brasileiro:

- Constituição Federal de 1988 - estabelece a igualdade de todos perante a lei (Art. 5º) e garante o direito à educação como forma de promoção da cidadania (Art. 205). Também assegura a valorização da diversidade cultural como princípio da educação (Art. 206, inciso III).

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) Modificada pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial. Posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas.

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) - em seu Capítulo III, estabelece como direito da população negra a educação que promova a valorização da identidade étnico-racial e da cultura afro-brasileira.

- Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) - a Meta 8 e a Meta 20 do PNE destacam a necessidade de superação das desigualdades educacionais e o fortalecimento da educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) Estabelecem parâmetros para que as escolas brasileiras incluam de forma transversal o ensino da temática étnico-racial, promovendo práticas pedagógicas antidiscriminatórias.

A BNCC, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, reconhece a diversidade como um dos princípios orientadores da educação brasileira. Em seus preceitos gerais, a BNCC afirma o compromisso com:

- A valorização da diversidade étnico-racial, cultural, regional e linguística do Brasil;
- A promoção de uma educação inclusiva, equitativa e antirracista;
- A formação integral do estudante, com foco no respeito aos direitos humanos e à convivência com o outro.

5.5. POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Enquanto a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) orienta o currículo e contribui para a formação cultural e identitária dos estudantes, a Política Antirracista do Núcleo Regionalizado E reafirma o compromisso das escolas em enfrentar o racismo como uma estrutura social que produz desigualdades concretas no presente. As escolas do campo reconhecem que o racismo não se manifesta de forma isolada, mas atravessa relações, narrativas, oportunidades e acessos, exigindo ações institucionais permanentes e intencionais.

A Política Antirracista do Núcleo Regionalizado E fundamenta-se nos princípios da equidade, da dignidade humana e da responsabilidade social. Ela se efetiva no cotidiano escolar por meio de práticas que buscam prevenir, identificar e combater qualquer forma de discriminação racial, assegurando ambientes educativos seguros, acolhedores e respeitosos para todos os estudantes — crianças, jovens, adultos e idosos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No âmbito dessa política, as escolas do Núcleo Regionalizado E assumem o compromisso de revisar criticamente materiais didáticos e práticas pedagógicas, com o objetivo de eliminar estereótipos e silenciamentos raciais; promover ações afirmativas no espaço escolar e nos processos de gestão; investir na formação continuada dos profissionais da educação, com foco no enfrentamento ao racismo institucional e epistêmico; estimular o protagonismo estudantil em debates e ações relacionadas aos direitos, à identidade e à igualdade racial; acolher de forma sensível e pedagógica as denúncias de racismo; e integrar a luta antirracista à cultura escolar, superando ações pontuais e consolidando-a como prática cotidiana.

A perspectiva antirracista reafirma a escola como espaço de transformação social e evidencia que o enfrentamento ao racismo é condição indispensável para a garantia do direito à educação. No contexto das comunidades do campo atendidas pelo Núcleo Regionalizado E, onde a população negra possui papel histórico na construção da vida social, cultural e produtiva, essa política ganha ainda mais relevância ao reconhecer, valorizar e proteger trajetórias, memórias e identidades historicamente invisibilizadas.

Dessa forma, a Política Antirracista do Núcleo Regionalizado E compreende que educar é também reparar desigualdades, resistir às injustiças e reconstituir

dignidades. Em diálogo permanente com a EREER e com a PENEERQ, a escola se consolida como um território de reconhecimento das ancestralidades, de combate às desigualdades raciais e de formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com o respeito à diversidade, por meio de ações concretas e contínuas no cotidiano escolar.

A construção de uma educação comprometida com a igualdade racial tem respaldo em diversas legislações e normativas brasileiras e internacionais:

- Constituição Federal de 1988: em seu artigo 5º, estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O artigo 206 garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: modificada pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, sobretudo nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

- Lei nº 11.645/2008: amplia a obrigatoriedade do ensino para incluir também a História e Cultura dos povos indígenas, reforçando a pluralidade étnica do Brasil.

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010): assegura à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação, sendo a educação um de seus eixos principais.

- Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014: estabelece, entre suas metas, a promoção da igualdade racial e superação das desigualdades educacionais, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência da população negra e indígena.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004): orientam as instituições escolares quanto à implementação de práticas pedagógicas que contemplem a valorização da história e cultura afro-brasileira. Segundo Gomes (2012), a educação antirracista deve promover uma formação crítica que permita aos estudantes reconhecerem as formas de discriminação racial e desenvolverem uma consciência social transformadora.

Já a gestão escolar tem o papel de garantir políticas institucionais que promovam a equidade racial, incentivando projetos, práticas e formações que

enfrentem o racismo e promovam a justiça social. Apesar dos avanços legais, a implementação de uma educação antirracista ainda encontra entraves como a resistência de parte dos educadores, a falta de formação adequada e a escassez de materiais didáticos de qualidade.

Ainda há um longo caminho para superar a invisibilidade da população negra e indígena nos currículos escolares. Como destaca Silva (2017), é urgente que a educação brasileira assuma um papel ativo na superação do racismo estrutural e institucional, propondo práticas pedagógicas emancipadoras e inclusivas.

5.6. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A escola reconhece a inovação e a tecnologia como forças dinâmicas em constante evolução, cujos avanços impactam diretamente a sociedade. Diante dessa influência transformadora, torna-se imprescindível que a escola acompanhe essa realidade de forma proativa, incorporando essas mudanças ao seu processo educativo para preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Em consonância com esse documento, o componente curricular Computação surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

A inserção do componente Computação no Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, à equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: **Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial**. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global.

Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

No âmbito do PPP, o Núcleo Regionalizado E assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade. A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa

forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Por fim, a incorporação do componente Computação no PPP do Núcleo Regionalizado E reafirma a visão de uma escola que aprende, se transforma e se reinventa frente aos desafios contemporâneos. O ensino de Computação, enquanto direito de aprendizagem, é entendido como parte essencial da formação cidadã, preparando os estudantes para compreender e atuar no mundo digital de forma crítica, ética e criativa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, informada e participativa.

5.7. A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil é um apoio aos estudantes para assegurar a sua permanência na instituição educacional pública e melhorar o seu desempenho, como também é um importante componente de promoção da educação integral. Além de ter o objetivo de garantir a democratização das condições de acesso e permanência dos alunos.

O público da nossa escola, a maioria é do entorno e faz uso de meios próprios para chegar até a escola, alguns fazem uso do transporte escolar e a escola conta com um colaborador diariamente que acompanham os alunos durante o percurso do transporte, garantindo a ordem e a segurança e contribui com o processo educacional dos mesmos.

A gestão escolar promove reuniões e **plantão pedagógico** a cada etapa letiva ou quando surge necessidade para aproximar e estreitar a comunicação entre escola e família, isto é importante para conhecer as necessidades.

A escola tem um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes, assegurando que todos tenham acesso e permanência nas aulas. Para isso, é preciso criar um ambiente acolhedor, que favoreça o aprendizado e o vínculo com a vida escolar. Apesar de todo empenho das equipes, sabemos que ainda existem desafios a superar, e por isso surgem ações coletivas como a **Busca Ativa Escolar**, que mobiliza a escola e alguns agentes da Secretaria Municipal de Educação para acompanhar de perto a presença dos estudantes na escola.

Uma ação expressiva dentro dessa estratégia é o **Dia D da Frequência Escolar**, realizado de forma periódica em todas as unidades da Rede Municipal. Em 2025, por exemplo, completaram seis edições ao longo do ano letivo. Nessa data, a escola intensifica a verificação da presença de cada estudante, revisa registros e realiza uma análise detalhada da frequência ao longo do ano, em especial para aqueles que estiverem com presença irregular.

O Dia D da Frequência é um momento em que toda a comunidade escolar faz um esforço conjunto para promover ações pedagógicas acolhedoras, atividades culturais e rodas de conversa que fortalecem o vínculo dos estudantes com a escola. Também é um dia dedicado a fortalecer o contato com as famílias, compartilhando a importância da presença regular e identificando, de maneira sensível, quais situações podem estar influenciando a ausência escolar.

Nas escolas do Núcleo Regionalizado E, a data é aproveitada para intensificar o trabalho de **Busca Ativa**, com visitas e diálogos nas residências, conversas com responsáveis e articulação. Essa estratégia é orientada sempre com respeito, escuta e cuidado, buscando entender as histórias de vida dos estudantes e oferecendo apoio quando necessário.

A intenção é que a escola seja um lugar de pertencimento, afetividade e cuidado, e que cada estudante sinta que sua presença é importante e valorizada — um olhar que ultrapassa o simples controle de frequência e valoriza a trajetória de cada um.

O Dia D da Frequência Escolar não é apenas um momento pontual de verificação de faltas; ele reforça o compromisso coletivo da escola e da rede municipal com a continuidade da aprendizagem, com o fortalecimento dos vínculos e com a promoção de um ambiente escolar que acolhe, ouve e valoriza cada estudante. Por meio dessa ação, a escola reafirma sua missão de construir, junto com as famílias e a comunidade, um espaço educacional que protege, incluem e celebra o direito de todos e todas de estar na escola.

Em escolas do campo, que atendem desde a Educação Infantil até a EJA, ela assume um papel estratégico e indispensável para a promoção da equidade, da justiça social e do direito à educação com qualidade para todos, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

Segundo Arroyo (2004), a educação no campo precisa estar articulada com os modos de vida, de trabalho e de organização social das populações que vivem fora dos centros urbanos, o que demanda políticas específicas de atenção aos estudantes que enfrentam, muitas vezes, dificuldades de locomoção, alimentação, saúde e suporte. Os princípios que orientam a assistência estudantil devem estar claramente definidos neste PPP e integrados ao projeto pedagógico da escola. São eles:

- **Universalidade do acesso e permanência:** Garantir que todos os estudantes, sem distinção de origem, classe social, raça ou faixa etária, tenham condições reais de permanecer na escola.
- **Equidade:** Tratar de forma diferenciada os desiguais, oferecendo suporte específico para os estudantes em maior situação de vulnerabilidade social.
- **Integração com o projeto pedagógico:** As ações de assistência não devem ser paralelas, mas complementares e articuladas com as práticas pedagógicas da escola.
- **Formação integral do estudante:** A assistência deve considerar as dimensões física, emocional, cognitiva, cultural e social do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento pleno.
- **Gestão democrática e participativa:** A definição e execução das ações devem contar com a participação da comunidade escolar, especialmente dos próprios estudantes e suas famílias.

A realidade da escola do campo exige diretrizes específicas, especialmente quando se trata de públicos com necessidades diversas, como crianças da Educação Infantil e jovens/adultos da EJA. Entre as principais diretrizes, destacam-se:

a) Alimentação Escolar

Assegurar merenda de qualidade, respeitando a cultura alimentar local, como orienta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é fundamental para garantir a permanência dos estudantes, especialmente na EJA, onde muitos vêm de longas jornadas de trabalho.

b) Transporte Escolar

Deve-se garantir transporte seguro, pontual e acessível para todos os estudantes do campo, como uma política indispensável à frequência escolar, prevista também nas metas do PNE, como já vem sendo feito.

c) Apoio Psicossocial

Disponibilizar apoio psicológico e assistência social para lidar com situações de abandono, violência doméstica, depressão e outras dificuldades que impactam diretamente na aprendizagem e permanência dos alunos.

d) Material Didático e Recursos Pedagógicos

Distribuição de kits escolares, acesso à internet, jogos pedagógicos e materiais adaptados são estratégias essenciais, especialmente para crianças da Educação Infantil e adultos com defasagem de escolarização.

e) Ações de Cuidado e Acolhimento

Oferecer espaços seguros e afetivos, com profissionais capacitados para promover o bem-estar emocional, é fundamental. Como aponta Paulo Freire (1996), "ninguém educa ninguém sozinho, e ninguém se educa sem o cuidado e o afeto no processo.

A assistência estudantil, quando compreendida como parte integrante do processo pedagógico, potencializa as possibilidades de aprendizagem e promove justiça social. Na escola do campo, ela deve ser tratada como política de direito, garantindo que nenhuma criança ou adulto fique à margem da educação por condições socioeconômicas adversas.

Como nos ensina Roseli Caldart (2002), uma educação que respeita o campo é aquela que reconhece o estudante como sujeito histórico e constrói com ele o caminho da emancipação, com dignidade, respeito e solidariedade.

6. A FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A valorização dos profissionais da educação é um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática e de qualidade. A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, incluindo agentes de portaria, serventes, merendeiras e demais funcionários, são essenciais para garantir um ambiente escolar acolhedor, seguro e propício à aprendizagem.

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anguera estabelece que seja dever dos servidores participar de programas de capacitação e atualização profissional, visando à melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade escolar.

Além disso, o Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Anguera destaca a importância da formação continuada como instrumento para o aprimoramento das práticas profissionais e para o fortalecimento da identidade institucional das escolas.

Instituída pela Portaria SEC nº 07/2021, o **Plano de Formação Continuada em Atividade (PFCA)** estabelece que todos os profissionais da educação — docentes e demais servidores — devem participar de processos formativos sistemáticos, articulados ao cotidiano escolar e voltados às dimensões técnica, pedagógica, comunitária e humana do trabalho educativo. Essa perspectiva fortalece a compreensão de que o desenvolvimento profissional não ocorre à margem da escola, mas em diálogo direto com as situações reais do ambiente escolar, promovendo pertencimento, corresponsabilidade e prática reflexiva.

De acordo com o Regimento Escolar Unificado, homologado em 15 de março de 2024, a formação continuada integra o princípio da gestão democrática, ao envolver direção, professores, funcionários, estudantes e famílias na elaboração e execução do PPP e nas decisões que orientam a vida escolar. Nessa concepção, todos os segmentos da comunidade escolar são compreendidos como agentes educativos.

Assim, no âmbito das escolas que formam o Núcleo Regionalizado E, a formação continuada alcança não apenas professores e gestores, mas também merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais

colaboradores, reconhecendo que cada um contribui para a construção de um clima escolar acolhedor, seguro e favorável à aprendizagem.

A formação continuada deve ser entendida como um processo permanente, articulado às necessidades reais do cotidiano escolar e às políticas públicas de educação. Segundo Nóvoa (1992), "a formação não se reduz a cursos ou eventos isolados, mas deve ser integrada à prática profissional, promovendo a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento".

Nesse sentido, a formação dos servidores deve contemplar aspectos técnicos, éticos e relacionais, contribuindo para o desenvolvimento de competências que impactem positivamente o ambiente escolar e o processo educativo.

Para efetivar a formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, propõem-se as seguintes estratégias:

- Cursos e Oficinas Temáticas: oferecimento de capacitações específicas, abordando temas como segurança escolar, higiene e saúde, atendimento ao público, entre outros.
- Grupos de Estudo e Trabalho: formação de grupos interdisciplinares para discussão de práticas e troca de experiências, promovendo a aprendizagem colaborativa.
- Acompanhamento e Avaliação: implementação de mecanismos de acompanhamento das ações formativas e avaliação de seus impactos no cotidiano escolar.

A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores são pilares para a construção de uma escola inclusiva e de qualidade. Ao investir na capacitação dos profissionais que compõem o ambiente escolar, as escolas Amâncio Assis e Jonas Alves de Jesus reafirmam seu compromisso com a educação integral e com a valorização de todos os membros da comunidade escolar.

7. COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA/COMUNIDADE

A comunicação entre escola, família e comunidade é um pilar essencial para o desenvolvimento educacional dos estudantes, especialmente em um contexto de interior, como o município de Anguera. Nossa concepção parte do entendimento de que a escola não pode atuar isoladamente; é necessário um trabalho conjunto, onde

todos os envolvidos compartilhem responsabilidades e fortaleçam os laços para garantir um ensino de qualidade.

Entre os princípios que norteiam essa comunicação, destacam-se a transparência, a acessibilidade, o respeito à diversidade e a participação ativa. A escola deve criar canais abertos de diálogo, considerando as realidades e especificidades das turmas da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No caso da Educação Infantil, é fundamental que os responsáveis sejam informados constantemente sobre o desenvolvimento das crianças, utilizando reuniões, registros individuais e momentos de interação.

Já para a EJA, é essencial uma comunicação mais flexível, aproveitando tecnologias como grupos de mensagens e reuniões em horários adaptados à rotina dos estudantes trabalhadores.

As diretrizes dessa relação incluem a promoção de encontros periódicos, o incentivo à participação em eventos escolares e a criação de espaços de escuta ativa para famílias e membros da comunidade. Além disso, ações como palestras, oficinas e projetos comunitários fortalecem os vínculos entre os diferentes atores sociais.

A escola deve atuar como um centro de referência, garantindo que a informação circule de forma clara e objetiva, permitindo que todos se sintam parte do processo educacional. Dessa maneira, a comunicação eficaz contribui para a construção de um ambiente mais colaborativo, onde o aprendizado se torna um compromisso coletivo.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido na escola, pontuando as exigências legais da rede de ensino, bem como as necessidades, e expectativas da comunidade escolar, além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização social e gestão.

Os princípios que norteiam (PPP) são: participação, gestão democrática, autonomia e trabalho coletivo, onde todos estão interligados entre si, ou seja, um depende do outro para concretizar a construção do Projeto. Tais princípios promovem

um ambiente favorável à discussão, debates, construindo fundamentações que impulsionam o desejo de uma escola mais humanizada.

O projeto político pedagógico será o guia de todas as nossas ações, apresentando questões relativas à formação dos professores, contextualizando as especificidades de sua atuação profissional, problematizando a organização curricular como elemento fundamental, garantindo uma formação que articule as dimensões humana, reflexiva, científica e tecnológica. As diretrizes pedagógicas aqui defendidas são orientadas para uma visão curricular que tem como propósito promover um processo formativo referenciado no desenvolvimento de competências profissionais.

A implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) Núcleo Regionalizado E segue as diretrizes estabelecidas pela **Portaria SEC nº 42/2025**, publicada pela Secretaria Municipal de Educação. Tal portaria instituiu a constituição de uma **Comissão Colaborativa** especificamente responsável pela atualização e (re)elaboração do PPP do Núcleo Regionalizado E, envolvendo gestores, equipe pedagógica, professores e representantes da comunidade escolar.

Diretrizes Fundamentais

1. Formação da Comissão Colaborativa

A Portaria orienta a composição da Comissão, assegurando a participação coletiva de segmentos-chave da comunidade escolar. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de construção ou revisão do PPP, garantindo representatividade e transparência em todas as etapas.

2. Alinhamento com documentos normativos

O PPP deve estar articulado ao **Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM)**, ao Regimento Escolar Unificado e à política curricular vigente, assegurando coerência com as diretrizes pedagógicas e legais do município.

3. Ampliação da gestão democrática

O processo de elaboração do PPP deve operar sob princípios de **gestão democrática**, conforme previsto na legislação educacional e reforçado pela prática da participação ativa de todos os atores escolares — gestores, professores, estudantes, famílias e funcionários — em diálogo aberto e construção compartilhada.

4. Cronograma participativo e formação continuada

A Secretaria deve fornecer um cronograma claro, com etapas definidas (diagnóstico, construção, audiência pública, revisão e homologação), com integração à Jornada Pedagógica e espaços de Formação Continuada alinhados às necessidades do PPP (como estudo, diagnóstico e socialização de resultados).

Esse conjunto de diretrizes garante que a elaboração do PPP do Núcleo Regionalizado E seja um **processo vivo, democrático e fundamentado em documentos oficiais**, reforçando a identidade da escola, a participação da comunidade e a qualidade educativa.

8.1. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DO PPP

O Programa Institucional de Avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento essencial para a melhoria contínua da escola, garantindo que suas diretrizes estejam alinhadas às necessidades da comunidade escolar. Em nosso contexto, nas escolas que formam o Núcleo Regionalizado E, onde atendemos turmas da Educação Infantil e da EJA, a avaliação do PPP precisa ser um processo participativo, envolvendo gestor, professores, funcionários, estudantes e suas famílias.

Esse programa tem como princípios a transparência, a inclusão e a busca pela qualidade educacional. A cada ciclo avaliativo, analisamos aspectos como práticas pedagógicas, infraestrutura, formação docente e envolvimento da comunidade. Para isso, utilizamos instrumentos como questionários, reuniões diagnósticas e observação direta da rotina escolar.

A avaliação do PPP também permite identificar desafios e propor soluções concretas, garantindo que a escola esteja sempre em sintonia com sua missão e valores. Além disso, fortalece a comunicação entre os diferentes atores do processo educativo, tornando-os corresponsáveis pela gestão democrática da escola.

Ao final de cada ciclo avaliativo, os dados coletados são sistematizados em relatórios que servem de base para ajustes e inovações no planejamento escolar. Dessa forma, o Programa de Avaliação do PPP se torna um mecanismo dinâmico,

garantindo que a escola evolua continuamente e ofereça uma educação de qualidade para todos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao começarmos a envolver ativamente todos os membros do processo educacional, entendemos que a construção do conhecimento é também uma construção de coletividade. No contexto do Núcleo Regionalizado E, essa compreensão nos orienta na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), nos mostrando que caminhar juntos é a melhor forma de solucionar os desafios que surgem e de criar alternativas que realmente melhorem a educação.

A nossa principal premissa, que norteia todas as ações no Núcleo Regionalizado E, é a formação integral do ser humano, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Acreditamos firmemente que a comunidade escolar tem um papel essencial neste processo, pois é ela quem conhece as reais necessidades do ambiente e tem o poder de diagnosticar, propor soluções e se tornar protagonista na busca pelas metas a serem alcançadas.

Para que essa transformação aconteça de forma verdadeira e eficaz, é necessário distribuir de maneira equilibrada o poder dentro da gestão escolar. Acreditamos que a gestão democrática é a chave para uma educação mais justa e inclusiva, onde todos, desde a direção até os estudantes e a comunidade, têm voz e poder de decisão. É esse compromisso com a participação ativa, o comprometimento e a autonomia que fortalece nossa caminhada e nos faz assumir responsabilidades coletivas para construir uma escola mais humana e colaborativa.

No Núcleo Regionalizado E, entendemos que a construção do PPP não é apenas uma formalidade, mas uma ação de impacto real na vida dos nossos alunos e na comunidade escolar. A coletividade é uma força vital para qualquer instituição, especialmente para a escola, que, mais do que formar indivíduos, deve ser um espaço de reflexão sobre o seu papel social e seu impacto na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. E, ao refletirmos sobre a educação, reconhecemos que o PPP é o elo que conecta a escola à comunidade, fortalecendo o processo de transformação social que desejamos ver em nossos educandos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Peçanha de. *Práticas para a avaliação escolar: dicas e sugestões de como fazer*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ANGUERA. *Documento Curricular Referencial Municipal*. Anguera: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

BAHIA. *Documento Curricular Referencial da Bahia*. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2018.

BAZARRA, Lourdes; CASANOVA, Olga; UGARTE, Jerónimo. *Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança*. Tradução de Antonio Efro Feltrin. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Pedagogia e Educação – Série Formação Continuada).

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União: Brasília, 2010.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

CARACTERÍSTICAS da abordagem sociocultural. *Curso Completo de Pedagogia*.

Disponível em: <https://cursocompletodepedagogia.com/caracteristicas-da-abordagem-sociocultural/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DANTAS, Tânia Regina. *Paulo Freire em diálogo com a Educação de Jovens e Adultos*. Salvador: EDUFBA, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos territórios do território*. Presidente Prudente: CNPq/UNESP, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

FREIRE, José Carlos Serrano. *Afinal... por que nossos alunos não aprendem?* 1. ed. Niterói: Mahara, 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos*. São Paulo: Moderna, 2014.

NUVENS, Jéssica. *As principais correntes pedagógicas e o projeto político-pedagógico*. Slide apresentado em encontro pedagógico realizado em 30 ago. 2013, U.I. Humberto de Campos. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/jessicanuvens5/as-principais-correntes-pedaggicas>. Acesso

em: 26 nov. 2022.

PAULA, Jairo de. *Um dia sonhei minha realidade*. 14. ed. São Paulo: JP Editora, 2003.

SEGURA, Denise de Souza Baeta. *Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001. 214 p.